

GONDOMAR – O TEMPLÁRIO PORTUCALENSE

*Ademir Luiz da Silva**

Resumo

A Ordem dos Templários foi uma irmandade religiosa e militar fundada em Jerusalém, entre 1118 e 1119, com o objetivo de proteger os viajantes a caminho da Terra Santa. Os guerreiros templários rapidamente se dispersaram pela Europa. Este artigo pretende ser uma investigação histórica do trajeto efetuado por Gondomar, um dos guerreiros fundadores da Ordem, durante o período compreendido entre a formação do Reino de Portugal e a Reconquista.

Palavras-chave: Templários, formação de Portugal, reconquista.

A Ordem dos Templários, ou simplesmente o Templo, ou ainda, como se designava em seus documentos oficiais, *Frates militiae Templi* ou *Pauperes commilitones Christi Templique Salomonis*, Irmãos Guerreiros do Templo e Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão, foi um subproduto da febre das cruzadas.

Fundada em Jerusalém, provavelmente entre 1118 e 1119, no rastro do êxito da Primeira Grande Cruzada, essa confraria monástico-militar tinha como função primordial proteger os peregrinos cristãos de ataques muçulmanos ao longo do perigoso caminho para o Santo Sepulcro e outros lugares com simbologia mística cristã, na chamada Terra Santa.

* Doutorando em História pela UFG; Professor de História da UEG-Anápolis.
E-mail: ademir.hist@bol.com.br

Seus membros não juravam apenas os três votos monásticos tradicionais de pobreza, castidade e obediência. Houve pela primeira vez um quarto voto significativamente chamado de cruzada: o combate incansável contra os inimigos da fé cristã. A singularidade desse novíssimo voto, que nos anos seguintes seria largamente imitado por diversas outras confrarias nascentes, deu o passo inicial para a história das ordens militares medievais. A Ordem dos Templários prosperou rapidamente. Logo espalhou-se por toda a Europa, assumindo importantes papéis na história política, religiosa e econômica do medievo.

Não é conhecido o número exato dos membros fundadores da Ordem. A documentação aponta ao menos nove pioneiros. O primeiro mestre Hugo de Payens, originário da Champagne, do vilarejo de Payens, a alguns quilômetros de Troyes. Quatro godofredos: o flamengo Godofredo de Saint Omer, o colaborador mais próximo de Hugo; Godofredo Royal, ou Rolando, de quem se sabe apenas o nome; Godofredo Bisol, originário sem dúvida de Languedoque; e Godofredo de Bouillin, que talvez fosse de Languedoque. Os flamengos Payens de Montedidier e Archembaud de Saint Aignan. Convenientemente havia também André de Montbard, cavaleiro borgonhês aparentado, através de Aleta, sua meia-irmã, do célebre abade cisterciense Bernardo de Claraval. E, finalmente, Gondomar: um cavaleiro que se acredita ser originário do Condado Portucalense.

Viviam como arremedos de monges, afirmando terem abandonado o mundo para servir a causa de Cristo. Eram facilmente confundidos com mendigos. Sobreviviam de esmolas, não possuíam nem hábito identificativo, nem regra que os unisse, apesar de dizerem-se fiéis ao modelo monástico proposto por Santo Agostinho, seguido pelos cônegos da Igreja do Santo Sepulcro (READ, 2001). Nunca trocavam seus mantos, vestindo-os até que se deteriorassem totalmente, e raramente se lavavam ou cortavam os cabelos e aparavam as barbas longas. Eram tão pobres que possuíam apenas um cavalo para cada dois cavaleiros. Contraditoriamente a esse cotidiano contemplativo faziam fama em pequenas escaramuças contra o Islão. Fama suficiente para chamar a atenção do rei, que decidiu patrocinar o novo estilo de vida monástica que inauguravam, alimentando-os, vestindo-os e abrigando-os.

Talvez, em função da segurança pessoal de Balduíno II, monarca do Reino Latino de Jerusalém, os cavaleiros mendigos foram alojados

na área norte do palácio real, a mesquita da Cúpula da Rocha, erguida onde antes existia o Templo de Salomão. Prédio milenar, destruído e reconstruído diversas vezes, que foi a primeira sede da confraria e inspiração para seu nome. Pois se é admissível que os cavaleiros não se batizaram imediatamente, é certo que fossem identificados pelos moradores da cidade como “aqueles cavaleiros que vivem no templo” (BURMAN, 1994). Essa alcunha perdurou e terminou por ser assumida oficialmente.

Personagem fundamental nas origens do Templo é Bernardo de Claraval. Foi seu patrono e mentor intelectual. Pode-se afirmar tranquilamente que, sem a sua interferência, os cavaleiros templários dificilmente deixariam de ser uma pequena comunidade monástica perdida nos confins da Palestina. A versão heróica, romântica, dos Templários, que seduziu a imaginação européia, foi literal e literariamente inventada por ele. Elaborada basicamente através de duas obras: no discurso exortativo *De Laude Novae Militiae*, ou *Do Louvor da Nova Milícia*, de 1130, e na *Regula Pauperum Commilitonum Templi in Sancta Civitate*, ou *Regra dos Cavaleiros Pobres do Templo da Cidade Santa*, o código de conduta dos freires composto em 1128, para ser aprovado no Concílio de Troyes, que reconheceu a confraria como ordem religiosa.

Presente praticamente desde o início, Bernardo de Claraval marcou também a gênese do cartulário oficial do Templo. A primeira citação escrita (BURMAN, 1994) aos Templários de que se tem notícia surgiu em uma carta de Balduino II ao abade de Claraval. Transcrevo abaixo, na íntegra, uma tradução da epístola, escrita provavelmente no início de 1126, pouco antes da morte do monarca:

Os irmãos Templários, que Deus inspirou para a defesa desta província e protegeu de uma forma notável, desejam obter a confirmação apostólica bem como uma regra de conduta. Devido a isso, enviamos André e Gondomar, ilustres devido às suas proezas guerreiras e pela nobreza de seu sangue, para que solicitem ao soberano pontífice a aprovação da sua ordem e se esforcem por obter dele subsídios e ajudas contra os inimigos da fé, coligados para nos suplantarem e derrubarem o nosso reino. Sabendo bem quanto peso poderá ter a vossa intercessão, tanto junto de Deus como do seu vigário e dos outros príncipes ortodoxos da Europa, confiamos à vossa prudência esta dupla

missão cujo êxito nos será muito agradável. Fundamentai as constituições dos Templários de tal forma que eles se não se afastem dos ruídos e dos tumultos da guerra e continuem a ser os auxiliares úteis dos príncipes cristãos... fazei de maneira que possamos, se Deus o permitir, ver em breve uma conclusão feliz desta questão. Dirigi por nós orações a Deus. Que ele vos tenha na sua santa guarda.

Como se vê nesta carta foram feitas ao abade de Claraval pedidos de grande vulto. Pedidos que sugerem uma radical mudança de rumos na até então peculiar humildade templária. Desejavam deixar de ser apenas uma milícia religiosa independente, uma mera comunidade de aventureiros, para tomar um caráter verdadeiramente monástico, ligando-se à hierarquia eclesiástica papal. Queriam assumir uma função social e pública, adquirir um papel definido dentro da cristandade. Em uma só palavra, desejavam adquirir o status de *ordo*, de ordem, com todos os privilégios inerentes ao título.

Fruto direto da bem-sucedida Primeira Grande Cruzada ao Oriente, a Ordem dos Templários decidiu levar seus ideais ao Ocidente. Hugo de Payens e seus freires começaram a peregrinação de volta a Europa. O objetivo primeiro e principal, é claro, era Roma. Porém, se em 1126 o ocidente ainda tinha a ilusão de que controlaria para sempre a cidade perfeita de Deus, Jerusalém, tendo vencido os infiéis muçulmanos na Terra Santa; estes mesmos inimigos representavam uma grande ameaça à civilização cristã dentro das fronteiras da Europa. Principalmente na Península Ibérica, onde as guerras de reconquista perduravam há séculos. Nos reinos de Leão, Castela, Aragão e no Condado Portucalense, a cruzada contra o Islão, mais do que uma questão religiosa, era um problema político, territorial. Seus líderes necessitavam de ajuda urgente e estavam dispostos a pagar generosamente por ela. Existiram melhores paragens para uma incipiente e ambiciosa ordem monástico-militar prosperar?

Aparentemente os primeiros freires templários a pisar em terras portuguesas teriam chegado à corte da rainha Teresa, em Braga, vindos da França, em 1124. No ano seguinte, através de obscuros contatos com a nobreza portucalense, os quais pretendo discutir adiante, obtiveram permissão para ocupar, sem que isto resultasse em doação perpétua,

terras no Soure e o castelo de Penafiel, em Forte Arcada. Essa praça forte, localizada em uma região de fronteira estável com os mouros, tornou-se a primeira sede portuguesa do Templo. Receberam ainda doações particulares de ricos-homens, tais como a de Afonso Anes, que lhe doou em testamento metade da Quinta de Vila Nova, caso morresse “sine haerede bonae, et legitimae mulieris”,¹ ou seja: “sem herdeiro dos bens, e mulher legítima”.

O primeiro homem que pode ser chamado de líder templário no Condado Portucalense foi o francês Guilherme Ricardo. O nome que se dava a essa função variava de comendador-mor, preceptor ou mestre provincial (SANTOS, 1879), subordinado ao mestre de Jerusalém, chamado erroneamente nos tempos modernos de grão-mestre, termo inexistente nos documentos medievais. Segundo o catálogo de mestres provinciais elaborado pelo historiador português Alexandre Ferreira, o governo de Guilherme Ricardo estendeu-se de 1125 a 1128 (DIAS, 1999).

Sua residência oficial não era na praça forte de Penafiel, como seria de se presumir, em se tratando de um monge/guerreiro imbuído da missão de combater os mouros, mas sim na corte, em Braga. Uma prática que se tornaria hábito entre os mestres provinciais posteriores. O que denuncia desde muito cedo os precoces e estreitos laços entre o Templo e os círculos aristocráticos portucalenses. O que temos de ter em mente é que o Templo se tratava então de uma obscura organização estrangeira, representada por um estrangeiro, recém-chegada a uma terra empenhada em combater as influências externas. Uma situação que em tese deveria limitar sua movimentação, o que na prática parece não ter acontecido.

De resto é preciso admitir que muito provavelmente Guilherme Ricardo não possuía ainda comandados em número suficiente para ocupar de forma satisfatória uma praça forte fronteira. Quando muito acompanhavam-no alguns poucos franceses e outro tanto de patrícios recrutados. Não podemos esquecer que naquela época, entre 1124 e 1126, Hugo de Payens nem sequer havia iniciado ainda sua campanha sistemática de propaganda pela causa templária.

No começo de 1128, chegou a Braga um templário, presumivelmente catalão ou francês, chamado Raimundo Bernardo. Esse cavaleiro veio juntamente com o mestre Hugo de Payens da Terra Santa, com a missão de ajudá-lo em uma campanha de arrecadação de fundos e recrutamento de novos membros para a confraria. Pela natureza de

sua missão, pode-se deduzir que era uma figura de relevo no círculo palestino da ordem. Não estando entre os nove pioneiros cujos nomes são conhecidos, Raimundo Bernardo estaria muito provavelmente entre os vinte e um anônimos que sobram entre os trinta indicados por Miguel, o Sírio. Sua presença e pregação fizeram muito sucesso na corte.

Ao que parece, para tentar persuadir Raimundo Bernardo a permanecer no Condado Portucalense e a empenhar-se na Reconquista – no dia 19 de março de 1128, portanto, um pouco depois do Concílio de Troyes e um pouco antes da decisiva Batalha de São Mamede –, a rainha Teresa doou formalmente à Ordem dos Templários o castelo do Soure, às margens do rio Mondego, e as terras circunvizinhas. A manobra da soberana obteve sucesso. Naquele local passou a funcionar a sede portuguesa do Templo, onde permaneceu até 1147, tendo Raimundo Bernardo como mestre provincial.

É muito comum encontrar em estudos históricos que essa imensa generosidade (MATTOSO, 1982) por parte da enfraquecida rainha Teresa é facilmente justificável através de sua grande percepção de estratégia militar. Segundo essa explicação simplista, ainda em 1125 e depois em 1128, a monarca teria percebido que aqueles pobres e excêntricos monges/guerreiros representariam um reforço considerável na luta contra os muçulmanos. Uma versão crível na medida em que se tratava de uma mulher engenhosa, acostumada com a prática da guerra: guerra política e guerra familiar. Contudo, em meu entender, falta algo. Nesse caso, a Navalha de Okan não se sustenta sozinha.

O que representavam os idealistas Cavaleiros Templários para os europeus das primeiras décadas do século XII? Praticamente nada. As batalhas épicas nas quais eles forjaram a fama de guerreiros temíveis, incansáveis, muitas vezes cruéis e brutos, ainda não haviam sucedido. As reações bélicas muçulmanas significativas na Palestina só começariam na década de quarenta.

As atividades dos freires do Templo resumiam-se então a vigiar a estrada que ia do porto de Jafa a Jerusalém, informar as melhores rotas aos palmeiros, levar provisões aos cristãos que iam se banhar ritualmente no rio Jordão, prender beduínos ladrões ou arruaceiros (GANDRA, 2000) e pequinesas semelhantes. Trabalhos importantes sem dúvida, muito úteis naquela região cuja ocupação cristã era preservada artificialmente por razões sentimentais (BURMAN, 1994), mas que não

podem ser apontadas necessariamente como heróicas. Pouco têm de aventurescas ou grandiosas. Os templários pioneiros agiam mais como patrulheiros do que como guerreiros. Provavelmente ficavam mais tempo no ócio do que em campanha. Tampouco podiam se meter a tanto. Nesses primeiros anos foram pouquíssimos os recrutamentos de novos membros. O que significa que a essa altura qualquer batalha mais violenta, com um número considerável de baixas, reduziria drasticamente o parco contingente da confraria. Em resumo, qualquer fama que os Templários pudessem possuir antes de 1128, e mesmo nos meses imediatamente posteriores ao Concílio de Troyes, não devia ultrapassar a condição de curiosidade vinda do inóspito ultramar. Eram praticamente anônimos na Europa.

Então, por que confiar castelos e terras a monges/guerreiros, sem grande experiência de combate, cheirando a hereges? Em poucas palavras, acredito que somente a presença de um templário especialmente afinado com os interesses da aristocracia portugalense, no qual eles depositassem sua inteira confiança, poderia justificar essas doações. Pois, se, por um lado, a existência da Ordem do Templo, enquanto instituição, era quase ignorada entre os nobres europeus de meados do século XII, seus membros pioneiros não o eram. Entre seus familiares e nas suas regiões de origem, esses cavaleiros deviam ser verdadeiras celebridades.

O que explica isto é uma análise da progressão natural de um fenômeno tipicamente medieval: o profundo respeito ao Caminho de Jerusalém. A lógica cartesiana apregoa que, quando se têm à disposição os primeiros termos de um problema, podem-se encontrar os outros a partir de sua análise racional, chegando assim à sua solução.² Pois bem, se é verdade que o medieval exaltava o feito dos indivíduos que simplesmente percorriam o Caminho de Jerusalém, parece-me evidente que multiplicassem esse apreço e admiração diante daqueles que fizeram a rota servindo a *peregrinatio contra paganos* – em outras palavras: os veteranos das cruzadas. Justo admitir ainda que aqueles idealistas que decidiram permanecer na Terra Santa, independentemente dos motivos pessoais que os levaram a essa radical tomada de decisão, para servir a causa da cristandade, fossem ainda mais louvados. Talvez não fossem compreendidos, o que é outro problema, mas certamente eram grandemente admirados.

Dentre os templários pioneiros encontramos ao menos um portugalense de nascimento: Gondomar. Trata-se de uma figura misteriosa, envolta em brumas. Conhecido, ao contrário de seus oito confrades identificados, por um nome único, seco, e não por uma composição formada pelo nome pessoal e um sobrenome, que poderia ser uma referência ao local de origem ou profissão, algo comum na época. É na verdade, como veremos adiante, somente a segunda parte: apenas a indicação geográfica. Apenas Gondomar e suas variações de documento para documento: Gondemar, Gonde marc etc.

Não era algo muito comum encontrar portugalenses entre os cruzados. A sociedade portuguesa não assimilou com exatidão o espírito de cruzada ultramar que os monges cluniacenses procuraram disseminar na Península Ibérica no século XI. Apoderou-se de seus elementos principais e adaptaram-no à sua realidade imediata. Ao contrário de grande parte dos reinos europeus entusiastas da mística da cruzada – França, Alemanha e Inglaterra, sobretudo –, os portugalenses sofriam com a ameaça muçulmana em seus próprios territórios. Necessitavam combatê-los ali mesmo. A reconquista era sua cruzada. Assim sendo foram tomadas iniciativas para que os guerreiros nativos não abandonassem uma luta em detrimento da outra. Sabe-se, por exemplo, que, no século XII, o conde de Coimbra proibiu seus vassallos de engrossar as fileiras de combatentes que iam até Jerusalém, prometendo-lhes que, se combatessem em defesa dos castelos de Leiria e da Estremadura, receberiam em caso de morte as mesmas indulgências divinas que aqueles que perecessem na Terra Santa (COELHO, 1996).

As citações ao nome de Gondomar no cartulário primitivo do Templo são raras, ainda que significativas. Foi sem dúvida um personagem de relevo, de importante atuação no processo de fundação da Ordem. Isto fica evidente na epístola de 1126, remetida pelo rei Balduíno II a Bernardo de Claraval, em que são mencionados dois cavaleiros especialmente destacados para encontrar o sumo pontífice e pedir-lhe subsídios materiais para que pudessem continuar a missão de salvaguardar os caminhos dos palmeiros. Os nomes citados são os de André de Montbard, significativamente o meio-irmão de Aleta, mãe de Bernardo de Claraval, e o portugalense Gondomar. Balduíno II refere-se a ambos como “ilustres devido às suas proezas guerreiras e pela nobreza do seu sangue”. Claro que não se poderia esperar outra coisa de uma carta de

referência do que o elogio das figuras apresentadas, contudo a parte em que se louva a nobreza de seu sangue parece-me relevante.

O trecho parece não deixar dúvidas de que Gondomar tinha sangue nobre. Esta não era uma condição universal dentre os primeiros templários. Na Regra de Bernardo de Claraval aceitava-se a candidatura de um neófito ao hábito templário, independentemente de suas origens. Somente a partir de 1230, sob o mestrado de Pedro de Montaigu, passou a se exigir do postulante a comprovação de que descendia de um nobre (GODES, 2001). Assim sendo, naqueles tempos em que a expansão era uma meta, ser um templário e, ao mesmo tempo, ser um nobre por nascimento poderia significar uma peculiar, e valiosa, facilidade para obter contatos importantes.

Uma passagem do *Livro velho de linhagens*, composto entre 1282 e 1290, em galego-português, cita um local, um castro, um castelo no caso, pertencente a um certo Gondomar; nas proximidades do qual se lutou contra os muçulmanos, expulsando-os. Pelos dados geográficos informados na passagem, e com o auxílio de um mapa de Portugal, foi possível localizar essa fortaleza no extremo norte do condado, próximo à cidade do Porto. Cito o parágrafo inteiro abaixo:

Reinou depos el seu filho Dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leon, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo(u)quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome de Monte Cordova, que era chamado Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão de Mouros. E des i filhou o crasto d'Aveoso a Mouros e deitou Mouros de castro de Gondomar e de Todeu e feze-os ir a castro Marnel de Riba de Vouga.³

A partir desse fiapo de evidência é possível supor que o futuro freire Gondomar, pioneiro templário, não sendo o próprio senhor da praça forte, um membro da “linhagem dos mui nobres e honrados ricos homens d’algo d’Amaia”, seria talvez seu filho. Um filho mais moço que decidiu abraçar a cavalaria como modo de vida, como muitos jovens aristocratas sem herança faziam na época. Um homem de armas que vagou pela Europa medieval fazendo a *tourner*; rodando de reino em reino e participando de torneios. Nesse mister chegou certamente à França,

reino no qual esse esporte era imensamente popular, onde teria se juntado a um grupo de cavaleiros locais, pois os moços cavaleiros jamais andavam sozinhos (DUBY, 1987). Um guerreiro que, talvez por influência dos companheiros ou do senhor que então servia, acabou por se juntar aos que partiam na *peregrinatio contra paganos* e posteriormente, como um desdobramento mais ou menos natural da aventura palestina, a nascente *miles Christi*.

Postulado cartesiano que coloca Gondomar em condições críveis de portar a carta de apresentação de Balduino II, em 1126. E daí para chegar ao Condado Portucalense em condição de adquirir privilégios na corte da rainha Teresa. Primeiro, por ser oriundo de uma família com tradição no combate aos mouros, como o *Livro velho de linhagens* demonstra. Segundo, por ser de uma família nobre do norte, com terras muito próximas da fronteira com a Galícia, e certamente com interesses no polêmico estreitamento de laços que a soberana lusitana mantinha com a nobreza galega naquele período.

Assim, sendo oriundo da nobreza portucalense é razoável admitir que Gondomar, em algum momento de sua viagem diplomática a Europa, ou mesmo antes de 1126, talvez nos anos imediatamente anteriores, 1124 ou 1125, tivesse retornado à sua terra natal e disseminado entre seus entes queridos os novos ideais que defendia. Relatos estes que, devido a seu peso de experiência, ao mesmo tempo mística e guerreira, tão cara à mentalidade medieval, podem ter gerado interesse. O mesmo tipo de interesse que levou o já idoso conde Hugo de Champagne a sagrar-se templário nessa mesma época, além-Pirenéus. Ou seja: um sentimento marcado bem mais pela simpatia ideológica do que voltado para uma ação eminentemente prática.

Um sentimento reforçado pelo fato de que, devido a seu constante estado de guerra, ainda ressoava com muita força na Península Ibérica a censura que o papa Gregório VII, entre os anos 70 e 80 do século XI, lançou aos nobres para que decidissem abandonar o mundo e se encerrassem em um mosteiro. Uma moda que esvaziava o exército cristão. Esse ato, num primeiro olhar visto como desprendido e santo, passou a ser interpretado como um desonroso abandono de trincheiras (CARDINI, 1989). Atitude indigna de um aristocrata, sempre um *bellatore*, dono de responsabilidades.

Com o surgimento do conceito de cavalaria monástica em meados do século XII, nobres que desejassem tomar a cruz poderiam fazê-lo sem experimentar a mesma culpa que seus antepassados. Mesmo que fosse às portas da morte. No costume que grassou na Europa durante a Baixa Idade Média de abandonar o mundo durante as cerimônias de extrema-unção, muitos preferiam ser lembrados como templários. Sinal de glória guerreira, sucesso social e poder temporal. Sabe-se que o maior cavaleiro de todos os tempos, Guilherme Marechal, então regente do trono inglês, em 1219, moribundo tombou e foi enterrado vergando o lendário hábito branco bordado com a cruz vermelha. Foi descido à cripta da sede inglesa do Templo, em Londres, como se tivesse sido um monge por toda a vida (DUBY, 1987).

Portanto, no início, as ordens militares representavam basicamente um atrativo para os jovens idealistas, que as regras de herança afastavam de suas famílias, e para idosos abonados, seduzidos pelos ideais das Cruzadas. Depois, com seu maior engajamento nas guerras de Reconquista, passaram a absorver o excedente demográfico da nobreza ibérica. Ofereciam-lhes um estilo de vida aventureiro, que ao mesmo tempo lhes garantia uma vaga dentre os escolhidos dos céus no Juízo Final.

Além disso, era muito comum os laços de parentesco entre os membros das ordens militares. A entrada de um indivíduo quase sempre acarretava no posterior recrutamento de outros de sua família, não raramente na geração seguinte (MATTOSO, 1982). Essa prática pode ser interpretada como a criação de uma forma muito peculiar de tradição familiar, que serviu de combustível para expansão das confrarias monástico-militares. E que teria tido início no Condado Portucalense através de Gondomar.

A mais do que evidente falta inicial de interesse dos Templários em combater seriamente na cruzada peninsular ibérica (MATTOSO, 1982) parece corroborar essa hipótese. A grande verdade é que, durante os primeiros vinte e dois anos, o Templo prosperou no Condado Portucalense, recebendo inúmeras doações, em dinheiro e em terras, régias e particulares, sem corresponder satisfatoriamente em sua pretensa missão de salvaguardar as fronteiras contra os mouros. Sua atuação militar foi píflia, os resultados insignificantes, não raro vexatórios. Lembram mais a

acumulação voluntária de bens baseado em interesses particulares e/ou familiares e/ou de grupo.

No Condado Portucalense, os primeiros grandes feitos militares templários, que permaneceriam registrados na história como os maiores, só viriam a ser realizados em 1147: a participação nas tomadas de Lisboa e Santarém, em meio ao avanço das forças da Segunda Grande Cruzada. No capítulo XXI da *Crónica de Dom Afonso Henriques*, escrita no século XVI por Duarte Galvão, temos uma visão oficial do episódio da tomada de Santarém, o forte Xantareyn dos árabes, ocorrida em 15 de março de 1147, quando os Cavaleiros Templários aparecem na linha de frente do combate.

Capítulo XXI : Como os Christãos trabalharam de noyte por furtar a vila de Santarem, e como emtraram nela.

[...] E el Rey D. Afonso bradou em tom a altas vbozes: “Samtiago, Santa Maria, Virgem Bemaventurada, acorenos aquy”, dizendo ajnda: “mataos, mataos, nom seja tal que escape, todos ambem a espada”!

Neste feyto era o mestre dos cavaleiros do Templo, D. Gualdino, com sua cavalarija, e lhes foram dadas a seu quynhão tres escadas pelas quaes emtraram, ele e os seus cavaleyros, muy ardidamente. E os que sobirom apartaromse loguo em duas partes, e hums pelejavom com os da huma parte, e outros com os da outra. E era já tanta a volta das vozes da vela as portas, que se não podiam emtender. E emtom dise el Rey apresa aos seus: “ façamos ajudoyro aos parçeiros, e tenhamos nos a destra parte”.

Felizmente um documento de época demonstra indubitavelmente que os Templários tinham motivos para se esforçar de modo especial por aquela conquista.

Algum tempo depois, em abril do mesmo ano, Afonso Henriques doa ao Templo os antigos direitos de foro eclesiásticos moçárabes da cidade que ajudaram a tomar, cumprindo uma promessa que fizera antes da conquista. A confirmação, via documento régio, desse voto prévio confirma o caráter dessa doação como um puro e simples pagamento pela prestação de um serviço militar.

In nomine Sanctae et Individuae Trinitatis, videlicet Patris et Filij et Spiritus Sancti amen.

Ego Alfonsos, Dei gratia Portugalensiom rex, incipiens iter meum ad illud castellum quod dicitur Sanctarem, propositum feci in corde meo et votum vovi quod, si Deo, sua misericordia, illud mihi atribueret, omne ecclesiasticum darem Deo et militibus fratribus Templi Salomonis, constitutis in Jherusalem pro defensione Sancti Sepulcri. (MONUMENTA HENRICINA, 1960)

Em nome da santa e indivisível Trindade, formada de Pai, Filho e Espírito Santo. Amém.

Eu, Afonso, rei dos portugalenses pela graça de Deus, faço doação de minha propriedade nas proximidades do castelo de Santarém, com o propósito, no meu coração, de cumprir o voto que fiz, por Deus e sua misericórdia, uso das minhas atribuições para conceder seus direitos eclesiásticos aos irmãos guerreiros do Templo de Salomão, constituído em Jerusalém para defender o Santo Sepulcro.

Mas se, entre 1128 e 1143, praticamente não foram registradas atividades militares por parte do monges/guerreiros, isto não significa necessariamente displicência. Os interesses eram então outros. Nesse espaço de tempo, os Cavaleiros Templários portugalenses evoluíram, se metamorfosearam. Passaram de um pequeno grupo ligado por laços afetivos, quando não familiares, para uma comunidade fechada extremamente complexa, com características próprias, e muito rica e poderosa. Nessa década e meia, os Templários portugalenses preocuparam-se em organizar-se, estruturar-se, hierarquizar-se. Não em combater. Não ainda.

Se em países de forte presença templária, como a França e a Inglaterra, pode-se afirmar que os freires deixaram de fazer cumprir seu voto de cruzada, para se tornarem sobretudo políticos e financistas, no que passaram a ser odiosos para grande parte da população (SERRÃO, 1971), os Templários portugalenses, ao contrário, encontraram nas guerras de Reconquista o ambiente ideal para reproduzir suas atividades palestinas de combate aos inimigos da fé cristã. Isto, sem abandonar a vocação comercial que cada vez mais grassava no seio da Ordem. Os Templários jamais deixaram de atender à demanda do comércio de peregrinos.

Nesse sentido é bastante representativo o fato de que Portugal, o antigo *Porto Cale* romano, era passagem obrigatória para as armadas

cristsãos dos reinos do norte da Europa, em direção ao Mediterrâneo, uma rota náutica muito usada pelos palmeiros e, conseqüentemente, pelos cavaleiros da Segunda Grande Cruzada. Ou seja: os Cavaleiros Templários que desembarcaram em terras portugalenses, juntamente com as forças cruzadas em 1147, não eram estranhos àqueles portos. O nascente Reino de Portugal, lentamente edificado por Afonso Henriques, já era, ao lado e talvez até mesmo adiante da França, o mais templário dos reinos europeus.

GONDOMAR – PORTUGUESE TEMPLAR

Abstract

The Order of Templars was a religious and military brotherhood founded in Jerusalem, between 1118 and 1119, with the objective of protecting the travelers the Terra Santa. The knights Templars quickly dispersed for Europe. This article intends to be a historical investigation of the path of Gondomar, a knight pioneering templar, during the formation of the kingdom of Portugal and the Reconquest.

Key words: Templar knights, formation of Portugal, reconquest.

Notas

1. Extraído do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro dos Mestrados, folha 38, verso.
2. Ver o tratado *Geometria*, escrito por Descartes em 1637.
3. Ver PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – livros velhos de linhagens. v. I. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980. p. 50.

Referências

- BURMAN, Edward. *Templários: os cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- CARDINI, Franco. O guerreiro e o cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.). *Nova história de Portugal: Portugal em definição de fronteiras – do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996.

- DIAS, Mário Simões. *Os templários em terras portuguesas*. Coimbra: Edição do Autor, 1999.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- GANDRA, Manuel J. (Org.). *Cadernos da tradição: o templo e a ordem templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000.
- GODES, Jesús Mestre. *Os templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001.
- MATTOSO, José. *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. Lisboa: Guimarães & Cia., 1982.
- MONUMENTA HENRICINA. Documento 2. Coimbra, 1960. v. I.
- PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – livros velhos de linhagens. v. I. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980. p. 50.
- READ, Piers Paul. *Os templários*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- SANTOS, José António dos. *Monumentos das ordens militares do templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998.
- SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. v. IV.